

Nova Carta marcará a imagem de Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

De uns dias para cá, uma nova preocupação vem tirando o sono do presidente José Sarney. Ele, que já sofre de insônia, faz muito enfrente problemas de todos os tipos: políticos, econômicos e administrativos. Acontece que Sarney não é apenas o chefe do governo que deseja passar à História como tendo promovido a transição para a democracia e o revigoramento das instituições. Por essas razões, seu nome também estará ligado à Constituição que vier a ser promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, convocada por ele. E se a nova Constituição não refletir um consenso nacional, tanto quanto um avanço social, sua imagem não deixará de ficar arranhada.

Equivale a dizer que, se por hipótese os constituintes chegarem a um texto irreal, lírico, radical ou extremista, o futuro não deixará de ligar o presidente à aventura. Da mesma forma, e aqui as raízes de sua nova preocupação, caso o resultado dos esforços de deputados e senadores desemboque numa Constituição retrógrada e incapaz de conter os anseios e necessidades do País.

O raciocínio de Sarney, transmitido esta semana a alguns auxiliares, não é feito de maneira egoísta, como se ele só se preocupasse com a sua imagem e com a crônica futura. Pelo contrário, crônica e imagem refletiriam um contexto grave e perigoso para o País, e isso é o que ele pretende evitar. Se não deve conter características revolucionárias e irrealis, a nova Constituição também não poderá significar um instrumento informe, inodoro e incolor, à margem das realidades do mundo moderno. Se isso acontecer, logo estará reaberta perigosa campanha de contestação à Carta ainda em elaboração.

Alguns pressupostos são colocados no raciocínio presidencial. Em primeiro lugar, não cabe ao Executivo interferir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana para decidir como quiser. Isso, é evidente, não significa que o governo esteja impedido ou proibido de se manifestar a respeito dos temas em debate. Foi assim, por exemplo, que ele agiu com relação ao tempo de seu mandato, através do pronunciamento do último dia 18, em cadeia nacional de rádio e TV. Até recomendou ao ministro Paulo Brossard, da Justiça, que volte a amiudar contatos com as lideranças e os grupos parlamentares, visando a transmitir experiências e opiniões e, em paralelo, sentir tendências, no que representa uma operação de entendimento e cooperação jamais de interferência.

Segundo pessoas de sua intimidade, Sarney espera e acredita no consenso, isto é, que as forças partidárias possam livremente chegar a um projeto útil e adaptado às contingências deste final de século, expressivo da média das aspirações populares. Tal consenso, aliás, é buscado e procurado pelos principais dirigentes políticos, de Ulysses

Guimarães a Marco Maciel, como demos notícia dois dias atrás.

O problema, para o presidente Sarney, situa-se em fatos ocorridos desde a semana passada. Porque, diante da obrigação de evitar excessos e extremismos, muitos constituintes terminaram esquivados de que reformas e avanços também fazem parte da democracia e só contribuirão para solidificar nosso sistema de vida, capitalista e centrado na livre iniciativa. Impedir a estatização, evitar lesões ao direito de propriedade e afastar a sombra de uma socialização incoerente é essencial, mas não basta. Há espaço, e, mais do que isso, urgência, na concretização de reformas sociais e econômicas. Importa dinamizar o Estado, não superdimensioná-lo nem, no reverso da medalha, acucá-lo.

O trabalho das oito comissões temáticas, iniciado segunda-feira, deverá estender-se até 15 de junho, sendo considerado por Sarney como essencial para abrigar uma composição de tendências. Ele não fala das extremas, insensas a qualquer tipo de consenso, mas da grande falta democrática, mesmo com nuances e tendências específicas. Há tempo, no caso, para que o País não sofra decepções nem se veja empenhado em nova divisão.

O Palácio do Planalto assiste como espectador aos esforços do deputado Ulysses Guimarães para retomar o controle do PMDB e evitar divisões profundas em suas bancadas. Não pode deixar de manifestar teoricamente apoio à empreitada do parlamentar paulista, mas é irônico vê-lo fazendo hoje o que deveria ter sido feito ontem. Porque o PMDB, como partido, é o maior de todos, chegou à instalação da Assembleia Nacional Constituinte sem possuir um mero roteiro ou, sequer, definições fundamentais a respeito do texto a ser preparado. Ulysses deve ser apoiado, se agora tentá discutir os temas polêmicos no âmbito de suas lideranças, para evitar que se digladiem publicamente e manifestem incontestável racha em suas bancadas. Mas fica a indagação de por que não se antecipou quando era mais do que previsível essa divisão? No ano passado, por exemplo, abriu-se excepcional oportunidade, mesmo em meio à campanha eleitoral. Os notáveis de mestre Afonso Arinos apresentaram seu anteprojeto, lírico e discutível, mas a única peça ordenada de antecipação. Não poderiam os peemedebistas, por iniciativa de sua direção, ter aproveitado os meses de dezembro e janeiro para uma análise conjunta, ao texto, advindo daí definições básicas? Elas não obrigariam ninguém a segui-las, os extremos certamente reagiriam, mas uma espécie de mapa da mina estaria delineado. E isso que o presidente do PMDB pretende agora, em meio a mais outra fase dos trabalhos constituintes. Tomara que dê certo, no entender dos principais assessores presidenciais. Mas que se perdeu tempo, isso é inegável. Cidades e radicalizações já aconteceram, levando à formação de grupos autônomos de porte razoável, do chamado centro democrático aos ditos progressistas.